

*Discurso na cerimônia de assinatura de protocolo de cooperação técnica entre os Ministérios do Trabalho e do Planejamento e Orçamento*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 14 DE FEVEREIRO DE 1996

*Senhor Governador de Rondônia, Waldir Raupp; Senhor Ministro de Estado do Trabalho, Paulo Paiva; Senhor Ministro do Planejamento e Orçamento, José Serra; Senhores Ministros que estão aqui presentes; Senhor Presidente da CNI; Senador Fernando Bezerra; Senhor Líder do Governo no Congresso, Germano Rigotto; Senhor Líder do Governo no Senado, Êlcio Álvares; Senhores Senadores que nos dão a honra da companhia; Senhores Deputados; Senhor Secretário de Planejamento, Andrea Calabi; Senhor Presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros; Senhor Presidente da Força Sindical, Luiz Antonio Medeiros; Senhor Presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva; Senhor Presidente da Contag, Francisco Urbano; Senhoras e Senhores;*

Mais uma vez, nesta cerimônia simples, damos continuidade aos rumos traçados há algum tempo e que agora se deixam ver de forma mais direta e mais clara. Há pouco tempo – creio que foi na Índia –, tive que fazer uma palestra sobre a situação das transformações do mundo atual e a famosa dicotomia entre Estado e mercado; e disse uma coisa simples

e banal, mas que quero repetir, porque muitas vezes as coisas óbvias são as que mais explicam o que acontece.

Num país como o nosso, não podemos considerar nem o Estado nem o mercado como valores. São instrumentos. Valor é outra coisa: valor é o bem-estar, valor é a solidariedade, valor é uma sociedade mais justa. São objetivos que levam este país a uma situação de maior proveito para os seus filhos. Isso deve estar presente em todas as ações do Governo. O Governo utiliza os instrumentos: o mercado, a burocracia, o que seja; mas tem que estar orientado por certos objetivos.

No começo é difícil, quando se procura mudar muita coisa, traçar um perfil mais nítido daquilo que se antevê como o futuro. Mas, pouco a pouco, a continuidade das ações acaba por revelar, efetivamente, a natureza dos objetivos perseguidos e das transformações que se vão alcançando.

Isso hoje, aqui, é visível e é claro. Tanto o Ministro Paulo Paiva quanto o Ministro José Serra explicaram, puseram de manifesto uma série de ações que o Governo vem empreendendo para lidar com a questão do emprego. Não se trata, pura e simplesmente, de aumentar a taxa de crescimento, de privatizar para ter mais fundos de acumulação. Não se trata de buscar parcerias, apenas. É preciso verificar quais são os efeitos dessas transformações, não sobre a mão-de-obra, mas sobre o ser humano, sobre as pessoas, que, se não forem melhor qualificadas, embora o País possa avançar, uma parcela da população vai ficar à margem desse crescimento, dessa transformação; que, se não houver uma preocupação efetiva em dar sentido prático às palavras, muitas vezes repetidas, de participação, também isso se transforma num objetivo vago e sem que se perceba o caminho a ser trilhado.

Pois bem, hoje, aqui, é um banco, o Banco do Desenvolvimento Econômico e Social, que, fazendo jus ao qualificativo “social”, coloca como centro das suas preocupações não apenas a questão do emprego, mas a questão da pessoa, da qualificação da pessoa, para que ela possa escolher, decidir, participar, de forma mais consciente, de uma sociedade democrática e que se torna cada vez mais aberta.

O fato, mesmo, de no BNDES, sob a chefia brilhante do Luiz Carlos Mendonça de Barros e sob a orientação do Ministro José Serra, terem tomado ambos a decisão, e o BNDES ter levado adiante, na prática, essa transformação, de criar no Banco um Departamento que analise os investimentos sob este novo ângulo, o ângulo do emprego e da qualificação do trabalhador, é um sinal bastante claro do modo como queremos reorganizar a vida pública brasileira, o Estado brasileiro. E com conseqüências imediatas.

O Ministro Paulo Paiva desenhou algumas das modificações que estão ocorrendo nesta área. Haverá muitas outras, espero que continuamente, não só durante os anos do meu mandato, mas que se continue nesse mesmo caminho no futuro. O Ministro José Serra deu um panorama bastante consistente dos esforços que vêm sendo desenvolvidos por vários setores da Administração e que, muitas vezes, na sua presença no cotidiano, que é fragmentada, não levam à suposição de que haja um conjunto ordenado. Mas o Ministro Serra, na sua exposição, mostrou que há um conjunto ordenado e que já passamos da fase em que havia que ter uma preocupação única com a estabilização da moeda. Esta continua havendo: sem a estabilização, não há investimentos, não há bem-estar, não há senão a espoliação dos mais pobres.

Agora, estamos já no início de uma nova fase, fase de realização, de investimento, de crescimento da economia. E investimento e crescimento que não venham repetir os ciclos do passado brasileiro, em que os milagres eram milagres para muito pouca gente. Nós queremos que esse novo ciclo de prosperidade, que, tenho certeza, advirá para o Brasil, permita, efetivamente, uma ampliação do bem-estar para camadas que hoje necessitam de apoio maior da sociedade e do Governo.

Creio que o Ministro José Serra, ao mostrar a razão pela qual estamos ativando a questão habitacional e a da geração de energia, através de concessão de serviços públicos, para permitir maior rapidez na retomada das obras necessárias, mostrou que, entre as razões, está também a expansão do emprego; e que é absolutamente essencial o treinamento, o retreinamento, a preparação das pessoas: mesmo quando elas venham a sofrer, momentaneamente, uma perda de emprego, têm que se

preparar para novas ocupações – e isso hoje é uma prática que se está generalizando na nossa administração. Embora, de início, possa não aparecer sob essa forma, mais tarde aparecerá, e ver-se-á que é essa a nossa orientação, orientação que leva em conta uma efetiva transformação, não só da economia, mas da sociedade; e que é necessário levar adiante esse processo.

Ninguém fará transformações de maior alcance, se houver preocupação apenas no âmbito do Governo. A sociedade tem que estar envolvida nesse processo; os empresários têm que estar envolvidos, como estão, nesse processo; as instituições, nas quais os empresários atuam, como o Senai, como o Sesi, têm que estar envolvidas nesse processo. Mas também os trabalhadores.

E é com muita alegria que vejo aqui, hoje, nesse Conselho, que não só vamos ter um representante da Força Sindical, que já tomou posse, que é o Luizinho, como queremos, daqui a alguns dias, um da CUT, que é o Gilmar. Mas vejo, também, que no Conselho o número de mulheres aumenta, o que é outro dado de alegria para mim, porque mostra que, efetivamente, o Brasil está muito mais aberto àquilo que é correto, que é ter uma atitude muito mais ativa, no sentido de ampliar os canais de participação de setores que antes estavam isolados.

O fato de que o dinheiro dos trabalhadores possa ser, de alguma maneira, fiscalizado, no próprio Conselho do BNDES, por trabalhadores é muito importante. É muito importante porque assegura a retidão na utilização desses recursos e, mais do que isso – porque eu não duvidaria que, mesmo sem os trabalhadores, houvesse retidão – assegura uma permanente chamada de atenção para o interesse específico do fator trabalho e do homem que trabalha, nas decisões do banco.

Acho que dessa maneira, alargando os canais de participação, assumindo valores próprios de uma sociedade dinâmica, democrática e fazendo com que haja convergência e confluência de setores da sociedade nessa transformação do Brasil, vamos conseguir aquilo que eu tenho certeza de que o País inteiro deseja, que é prosperidade e bem-estar.

Será difícil, certamente. A questão do emprego, hoje, atazana o mundo todo, e certamente não há de ser aqui no Brasil que ficaremos imu-

nes a essa preocupação e, eventualmente, às conseqüências negativas, sob esse aspecto, das transformações tecnológicas. Mas precisamos ter confiança em que o importante aqui não é ficar chorando postos de trabalho que estão sendo fechados porque uma ou outra indústria se tornou obsoleta. O que se tem que fazer é outra coisa: é estar muito ativo, retreinando a mão-de-obra e fazendo investimento em novas formas de trabalho, não obsoletas, que podem oferecer tanto ou mais emprego do que aquelas que estão sendo hoje afetadas pelas transformações tecnológicas.

A experiência histórica não nos permite agir como os antigos cartistas, que queimavam as máquinas com medo da perda de emprego. Não mais é essa a consciência do trabalhador brasileiro. A consciência hoje é diferente, ele sabe que é preciso retreinar-se, que é preciso avançar, evoluir e criar novas formas de empregos.

Aqui não foi mencionado, mas o BNDES e o Ministério do Planejamento estão atuando numa outra área muito importante, que vai ajudar também aos estados e aos municípios, que é a área do turismo, na questão do Prodetur, onde estamos resolvendo uma velha pendência: a questão dos fundos de contrapartida dos Estados. A tragédia dos países que estão em desenvolvimento é que os setores mais pobres são os menos qualificados, pelas regras existentes, para receber os recursos de que necessitam e, freqüentemente, não se pode dar, porque há impedimentos legais para dar àqueles que necessitam.

A verdade é que, na questão do turismo, já dispomos de cerca de 1 bilhão de reais para utilização. Nunca se conseguiu utilizar os recursos, porque os Estados e Municípios das áreas – basicamente do Nordeste – que seriam adequadas para receber os recursos, não têm a contrapartida. Pois bem, o BNDES está quebrando as regras aí, para dar essa contrapartida.

Que não se preocupem os que vivem pensando que o Governo vai descuidar da necessária austeridade no gasto. Não, não. O gasto será austero. Não estamos aqui destinando recursos orçamentários, nem recursos do Tesouro. São outros tipos de recursos, e estaremos sempre atentos, para evitar que haja um superaquecimento eventual, que possa pôr em risco a

estabilidade da moeda. Mas não podemos, também, em nome da estabilidade da moeda, deixar de fazer o que é necessário, para que a população sinta que há um rumo, e que há perspectivas concretas de desenvolvimento e de melhoria da vida cotidiana.

Por fim, eu também queria ressaltar o seguinte, que já foi mencionado por alguns que me antecederam – já tenho dito isso várias vezes aqui, mas repito: nada poderá mais ser feito, num país como o nosso, complexo, dinâmico, com tantos interesses que, muitas vezes, se chocam, se não houver cooperação entre estados, municípios, a União e a sociedade civil. Nada. O Governo Federal não tem a aspiração de ele próprio realizar isto ou aquilo – aqui está a Secretária do Programa Comunidade Solidária, que é exemplo vivo disso. O Governo Federal tem aspiração outra: de atuar com mais eficiência na definição de prioridades, na destinação de recursos e, eventualmente, no apoio a que esses recursos sejam bem utilizados; e, eventualmente, até na fiscalização da utilização desses recursos. Mas a ação direta deve estar nos estados e nos municípios, por mais que seja trabalhoso.

Daí, que os fundos de geração de emprego do Ministério do Trabalho sejam repassados às secretarias de Estado, que devem repassá-los aos municípios. É difícil? É difícilíssimo. É trabalhoso? É muito trabalhoso. Mas é assim numa democracia da sociedade. Também a democracia política é difícil e trabalhosa – aqui estão Deputados e Senadores que sabem disso – e requer paciência, e tem vaivém, um dia se avança, noutro se recua, mas, quando se avança de maneira sólida, o resultado final tem apoio, porque foi obtido através de ampla negociação, no Parlamento e na sociedade.

Da mesma maneira os avanços que estamos fazendo, na área da saúde, da educação, da geração de empregos, em todos esses setores: preferimos gastar mais tempo, mas fazer alguma coisa que tenha sustentação efetiva na consciência dos agentes que vão transformar a sociedade e daqueles que vão ser beneficiados por essas transformações, em vez de, através de mecanismos meramente tecnocráticos e, muitas vezes, com interferência clientelista do setor político, ir depressa e não chegar a nada.

É melhor ter uma outra mentalidade que, para sorte de todos nós, já é hoje apoiada pelo setor político. Este já sabe que o importante não é o deputado chegar lá no município e anunciar que conseguiu uma obra. O importante é o deputado ajudar o município a se organizar, para que tenha melhores qualificações para receber a obra; e mobilizar a população do município para que ela também participe, como nesses conselhos aqui, os conselhos municipais, na destinação desses 4 bilhões de que falou o Ministro José Serra. Não olhei para o Presidente Cutolo, com medo de que ele ficasse com o olho meio franzido, de soltar tanto dinheiro, mas vai ter que soltar, para distribuir a esses municípios, de tal maneira que a população participe desse processo decisório e saiba o porquê da utilização; e, quando houver fracasso – porque pode haver, sempre, fracasso –, a população perceba o porquê do fracasso e o corrija.

É muito mais fácil simplesmente dizer “É o Governo, é o Governo”, criticar, criticar. Continuem criticando, mas assumindo a responsabilidade própria. Acho que essa é a mudança do mundo moderno, cada um assumindo suas responsabilidades, sem que ninguém tenha a pretensão de, sozinho, poder resolver as coisas.

De modo que eu felicito os organizadores desse processo todo, que são muitos; não quero nominar além dos que nomeiei, mas tenho certeza de que os funcionários, tanto do Banco, quanto do Ministério do Trabalho e do Planejamento, se empenharam nisso. Felicito tanto as federações empresarias como as dos trabalhadores, por perceberem a importância desse processo e por se disporem, sem perder as suas características próprias, reivindicativas e de autonomia e independência, a perceber que o Estado não é o Governo, não é de um partido – é alguma coisa mais permanente que um Governo e que um partido. E o estabelecimento de canais corretos de ação, dentro do Estado, beneficia aqueles que são representados por essas associações.

Muito obrigado a todos os senhores.

